
Avaliação de atividades de extensão universitária

*Júlio Cesar Rodrigues Pereira
Jacques Marcovitch*

A função extensão tem inserção recente na história da universidade e ainda busca reconhecimento efetivo. Na Universidade de São Paulo (USP), o processo de avaliação estabelecido nos últimos anos tem catalisado produtiva discussão dessa matéria. A avaliação é uma atividade conduzida para servir fins específicos que envolve julgamento de valor ou hierarquia para eventos ou objetos, podendo ter caráter subjetivo ou objetivo, ambos correspondendo apenas a estimativas da verdade. A opção por uma abordagem objetiva não pode prescindir de medidas para o dimensionamento de quantidades e qualidades. A validade dessas medidas é predicado de suas definições metodológicas que devem contemplar aspectos de delimitação de objeto, de unidade de mensuração e de precisão e confiabilidade para arbitrar as medidas a serem realizadas. A concepção de indicadores realiza-se por processamento das medidas originais com vistas à redução de dimensionalidade, podendo resultar em medidas sintéticas cuja interpretação depende das definições metodológicas da avaliação e da sua finalidade.

Na USP, as atividades de extensão já foram delimitadas por ato normativo e pode-se identificar a medida de horas-atividade como uma dimensão comum a todas elas. Da mesma forma, já existe na USP uma rotina de classificação qualitativa da função extensão para cada departamento dentro do processo de avaliação em curso. Essas duas medidas podem ser combinadas para a criação de um indicador consistente em validade e precisão, com confiabilidade a ser testada empiricamente. Concebido dentro das práticas e dos conceitos vigentes para o processo geral de avaliação universitária, esse indicador tem possibilidade de integração satisfatória a esse processo com perspectivas de contribuição para o seu aperfeiçoamento.

INTRODUÇÃO

A avaliação de atividades acadêmicas tem despertado crescente interesse tanto da comunidade universitária quanto da sociedade em geral nos últimos anos. Desde 1988, quando a imprensa leiga argüiu a produtividade dos docentes da Universidade de São Paulo (Fromer, 1988), vá-

Recebida em maio/97
2ª versão em fevereiro/98

Júlio Cesar Rodrigues Pereira é Diretor de Pesquisa do Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia e Coordenador do Seminário de Avaliação em Ciências e Tecnologia do Programa de Treinamento em Administração de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (Protap) da Fundação Instituto de Administração, instituição conveniada com a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
Fax: (011) 571-2279
E-mail: julio@lee.dante.br

Jacques Marcovitch, Professor Doutor do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, é Reitor da Universidade de São Paulo.
E-mail: jmarcovi@usp.br

rias iniciativas de avaliação registraram-se nesta Universidade, algumas das quais tomaram forma institucional sendo incorporadas a suas rotinas administrativas de planejamento e controle.

Essas iniciativas têm focado prioritariamente a avaliação de atividades de ensino e pesquisa. Na Faculdade de Medicina, o Centro de Desenvolvimento de Educação Médica implantou uma avaliação sistemática de satisfação dos alunos com o ensino recebido (Marcondes, Fujimura, Mascaretti & Vanzolini, 1996) e os Laboratórios de Investigação Médica têm recursos alocados segundo rotina de avaliação de desempenho científico (Montes, 1996). Estudos de avaliação de produtividade científica, bem como de conceitos de avaliação para o campo, têm sido publicados com origem em diferentes unidades da USP, sendo exemplos o Instituto de Química (Meneghini, 1996b), a Faculdade de Saúde Pública (Forattini, 1996) e, ainda, a Faculdade de Medicina (Pereira, Pires, Duarte, Paes & Okano, 1996).

As atividades de extensão, no entanto, não têm sido objeto de iniciativas semelhantes e carecem tanto de experiência empírica quanto de reflexões conceituais. O presente estudo constitui-se em esforço de contribuição nesse sentido. Nele, conceitos teóricos relativos à avaliação são revistos e uma aplicação prática é ensaiada com vistas ao ambiente da USP. Menos do que uma proposta de estratégia de avaliação da função extensão na USP, o estudo busca organizar uma pauta de reflexão sobre a matéria.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

"... if any man be laborious in reading and study and yet idle in business and action, it groweth from some weakness of body or softness of spirit".

F. Bacon. Advancement of learning, 1st book, 6^a parágrafo.

A universidade, desde sua origem na idade média, reconhece melhor sua identidade através das atividades de pesquisa e ensino. A partir do século XIX, ambas as atividades são lapidadas em forma e conteúdo. Desde a iniciativa de Napoleão de centralização da educação sob a égide da Universidade de França, surge uma universidade que, cooptada pelo Estado, privilegia o ensino e serve como centro de adiestramento para o reconhecimento social de habilitações profissionais. Em contraponto, um movimento de autonomia e liberdade universitária que se desenvolve a partir da Universidade de Berlim enfatiza a atividade de pesquisa e busca destacar a produção do conhecimento como o mais importante fator de identidade para a universidade.

A extensão, terceiro vértice da pedra angular da universidade moderna, só vem ganhar destaque em período mais recente. No caldeirão de idéias e anseios revolucionários da década de 60, Kerr (1964) explora o conceito de **multiversidade** para uma universidade que incorpora

tanto diversidade interna quanto integração com a sociedade. A extensão ganha ênfase enquanto instrumento de interface entre a comunidade acadêmica e a sociedade, sendo sua instância secular que estabelece as vias de comunicação que rastreiam expectativas e necessidades sociais para incorporação na agenda universitária e que retornam serviços e conhecimentos para essas demandas. No entanto, enquanto função universitária, a extensão tem ainda um papel interno na universidade no sentido de integração das funções ensino e pesquisa, constituindo-se no momento empírico dessas funções: é através das atividades de extensão que o ensino se exercita e que a pesquisa abandona o plano gnóstico para alcançar materialidade. Na USP, esses três aspectos são premissas de definição da função extensão, apresentada como "integração transformadora entre universidade e sociedade" que "enriquece o processo pedagógico" e na qual "a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a transformação da sociedade" (sic em Resolução do Conselho de Cultura e Extensão Universitária — CoCEX-4204 de 18 out. 1995).

O compromisso da ciência com o mundo já era enunciado há quatro séculos por Francis Bacon, que condenava o enclausuramento monástico da academia. Afirmava, enfaticamente, que nada havia de inerente à atividade de estudos e pesquisa que a distanciasse do trabalho temporal e que se alguma restrição houvesse seria da índole do acadêmico. No entanto, a despeito desses manifestos reconhecimentos factuais e históricos, a função extensão permanece marginal na identidade da universidade e, como conseqüência, suas atividades nem sempre são prontamente reconhecidas como universitárias sob uma óptica atávica que só distingue com clareza atividades de ensino e pesquisa. Na USP, essa situação fica evidente a partir da implantação do processo de avaliação coordenado pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), criada em íntima colaboração com a Comissão Especial de Regime de Trabalho (CERT) da qual toma 13 de seus membros e com a qual divide um mesmo presidente.

CPA e CERT constituem-se em órgãos de avaliação de escopo distinto, o primeiro interessado pelo nível institucional (departamentos) e o segundo pelo nível individual (docentes). Contudo, ambos obedecem orientações semelhantes que, embora em nada ignorem a produção em extensão, têm mecanismos de avaliação melhor estabelecidos para as funções ensino e pesquisa, tanto no que respeita ao seu dimensionamento quanto à sua valoração. Como corolário, juízos emitidos sobre órgãos e particularmente sobre pessoas têm sido objeto de disputas e controvérsias. Uma iniciativa de colaboração entre o Conselho de Cultura e Extensão Universitária (CoCEX) e a CERT atualmente soma esforços para a definição de métodos e indicadores de desempenho universitário em extensão.

A AVALIAÇÃO

*"Callimachi numeris non est dicendus Achilles."
[A métrica de Calimaco não canta Aquiles.]
Ovídio, Remedia amoris, v.381*

Dos conceitos

Avaliar é ajuizar valor, é discernir hierarquia para objetos ou eventos. Implica discriminar objetos e emitir juízos, como bom/ruim, maior/menor, melhor/pior, diferente/assemelhado, associado/dissociado etc., todos julgamentos relativos entre objetos ou segundo uma escala definida. Tem fundamentação teleológica, ou seja, não existe em si, mas para servir um fim e por isso não reconhece axiologia universal, de forma que um juízo pode ser positivo ou negativo segundo a finalidade da avaliação. Em administração, a avaliação orienta o planejamento e a tomada de decisão.

A avaliação pode ser subjetiva, correspondendo a um juízo emitido por autoridade. Para que uma avaliação seja objetiva é irrecorrível que ela envolva medidas, sendo falso supor que por isso a iniciativa esteja reduzida a uma dimensão quantitativa. Da mesma forma, é falso supor que uma dimensão qualitativa só possa ser alcançada por uma avaliação subjetiva, como a *peer review* ou a auditoria *ad hoc*.

Como destaca Ovídio, para cada evento há que se reconhecer um *numerus* (número, categoria, ritmo, harmonia) próprio, que não é necessariamente uma medida numérica, podendo ser um atributo de arte, de graça: a poesia de Calimaco canta o drama, mas é preciso Homero para cantar uma epopéia. As atividades de extensão devem reconhecer descritores próprios, de natureza tanto quantitativa quanto qualitativa, que permitam uma avaliação objetiva.

Da validade

A oposição entre as abordagens objetiva e subjetiva diz menos respeito à estimativa da verdade e mais à repetibilidade do julgamento. Se a verdade é uma função contínua, como propõe Bunge (1976), cada uma dessas estratégias deve cobrir parte de seu universo e se seus domínios forem distintos suas medidas serão complementares e promoverão uma aproximação assintótica da verdade total. O juízo subjetivo é, em tese, isento de tendenciosidade, devendo ser uma representação parcial da verdade que é validada pela ética. No entanto, lembre-se que tendo Zeus arbitrado que entre deuses e mortais seria Paris a melhor autoridade para avaliar a beleza de Hera, Atenas e Vênus, este ponderou apenas as barganhas que as deusas lhe propunham sem cogitar sobre o mérito da matéria, deixadas à parte as conseqüências de seu julgamento.

A avaliação objetiva oferece transparência e previsibilidade que orientam o comportamento tanto do avaliador quanto do avaliado. As variações de medidas são devidas apenas às variações do objeto, já que o observador está fixado pelo método de condução da medida. É uma representação parcial da verdade cuja validade é de caráter epistemológico (Bunge, 1976): argúi-se o método para reconhecer a extensão de verdade que se alcança. Portanto, uma avaliação objetiva deve estabelecer um referencial metodológico de cuja interpretação decorra o juízo de valor sobre a medida realizada. É esse referencial metodológico que prescreve o que se mede (unidade de observação) e com que sentido de direção (para onde aponta a avaliação positiva).

Da dimensionalidade das medidas

O referencial metodológico deve contemplar dimensionalidade, precisão e confiabilidade das medidas. No que se refere ao primeiro item, devem ser consideradas:

- **A delimitação do objeto** — diz respeito à finalidade da avaliação e estabelece o que é avaliado com circunscrição de espaço (unidade de observação) e tempo (intervalo ou unidade). São definições de caráter principalmente político, ligadas às razões que determinam a avaliação, mas implicam também conhecimento técnico do objeto de forma que a delimitação não inviabilize ou deforme a observação; por exemplo, avaliar pessoas (espaço) num corte transversal de determinado dia (tempo) pode resultar em conjunto vazio, ainda que o evento não seja nulo, e avaliar pessoas num período de um século pode resultar em medida tão grosseira que iguale todos os objetos a serem comparados.
- **A unidade de mensuração** — interessa o reconhecimento do evento como uni ou multidimensional, a identificação de eventuais relações entre diferentes dimensões de mensuração e as unidades de medida, contagem ou classificação. A melhor medida é uma única variável contínua que classifica todos os eventos ou objetos em uma única dimensão. Quando isso não é possível, as variáveis terão, preferencialmente, medidas como contagem de inteiros, classificação ordinal em escala de intervalos regulares ou classificação simples de categorias, nessa ordem. Quando uma única dimensão não der conta de medir o evento, a avaliação poderá contemplar descrições exaustivas ou estratégias de redução de dimensionalidades por composição das dimensões originais para uma descrição sintética. Como exemplo, tome-se a avaliação comparativa dos três polígonos, constantes na figura 1, em que a área representa uma estratégia de redução de dimensionalidade.


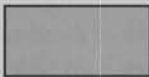
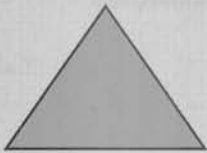
			
Classificação Categórica	Quadrado	Retângulo	Triângulo
Classificação Ordinal	Tamanho 1	Tamanho 2	Tamanho 3
Descrição Exhaustiva	Altura = 1 e Largura = 1	Altura = 1 e Largura = 2	Altura = 2 e Base = 3
Descrição Sintética	Área = 1	Área = 2	Área = 3

Figura 1: Abordagens Alternativas para Mensuração de Eventos e/ou Fenômenos

Da precisão e da confiabilidade das medidas

Precisão e confiabilidade são princípios metodológicos conjugados. Precisão diz respeito à fineza da medida e confiabilidade à capacidade da medida representar fielmente o evento ou o objeto. A primeira é dada pelos recursos instrumentais para a realização da medida (1,2 metro é menos preciso do que 123,7 centímetros) e a segunda pela aproximação com a dimensão verdadeira, o que pressupõe seu conhecimento ou a identificação de um *gold standard*. Como na concepção original da medida de um evento a verdade é ainda desconhecida, a decisão sobre a medida a ser realizada deve levar em conta a relação entre esses dois princípios. Kaplan (1969) alerta que o refinamento da precisão não conduz necessariamente a um acréscimo de confiabilidade, podendo, ao contrário, induzir a redução de confiabilidade. Serve como exemplo um estudo da Faculdade de Saúde Pública (Escuder & Nunes, 1992) que comparou a concordância de diagnósticos médicos a um *gold standard* em diferentes níveis de precisão e encontrou que a precisão grosseira oferecia medidas de maior concordância, portanto mais confiáveis, como pode ser observado no gráfico 1.

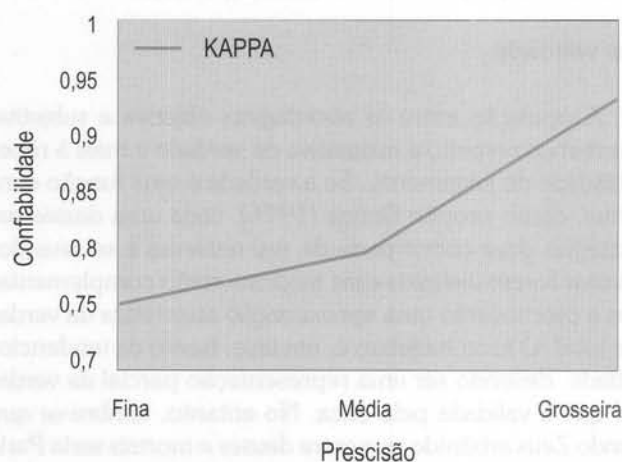
Se o exemplo for radicalizado ao extremo, a compreensão da relação entre precisão e confiabilidade fica evidente: um diagnóstico extremamente grosseiro, como estar ou não doente, terá pequena precisão, informará pouco sobre o evento, mas será altamente confiável, terá grande correspondência com a realidade.

Dos indicadores

Finalmente, o referencial metodológico de uma avaliação objetiva poderá ainda considerar, para além das medidas a serem realizadas, estratégias de processamento dos dados coletados com vistas à criação de indicadores. A concepção de um indicador segue a mesma racionalidade da redução de dimensionalidades discutida para a definição de unidades de mensuração. As dimensões originais

são conjugadas por processamento matemático e resultam em uma nova dimensão, representativa das originais. Um indicador pode trabalhar com medidas (variáveis) de diferentes tipos e unidades e resultar em medida final de unidade fictícia para a qual não haja interpretação de valor, senão a hierarquia dos objetos ou dos eventos avaliados segundo *scores* do indicador. As variáveis contínuas tendem a contribuir com variações suaves e progressivas no indicador, enquanto as variáveis categóricas levam a variações quânticas do indicador.

A reta de regressão entre duas variáveis contínuas com controle para uma medida categórica binomial é exemplo simples e ilustrativo da construção de um indicador. Essa reta representa a melhor dimensão para a comparação entre dois objetos inicialmente definidos por medidas em cada uma das variáveis regredidas e poderia ser concebida como a dimensão de um indicador de avaliação para esses objetos. As medidas que se realizem sobre ela não terão



Fonte: Escuder & Nunes (1992)

Gráfico 1: Comparação entre Precisão e Confiabilidade

uma unidade definida, tampouco um sentido de direção próprio, sendo ambos arbitrados segundo a finalidade da avaliação. No exemplo que pode ser visualizado na figura 2, se valores crescentes de x e y apontam para uma avaliação positiva, a nova dimensão tem sentido ascendente; se ao contrário, tem sentido descendente; e, ainda, se x e y apontam de maneira divergente para a avaliação positiva, a nova dimensão precisa de uma rotação de 90° para ajuste. A introdução de uma medida categórica para a forma dos objetos (no exemplo o redondo e o quadrado) desloca a reta original por saltos em direção à qualificação do objeto.

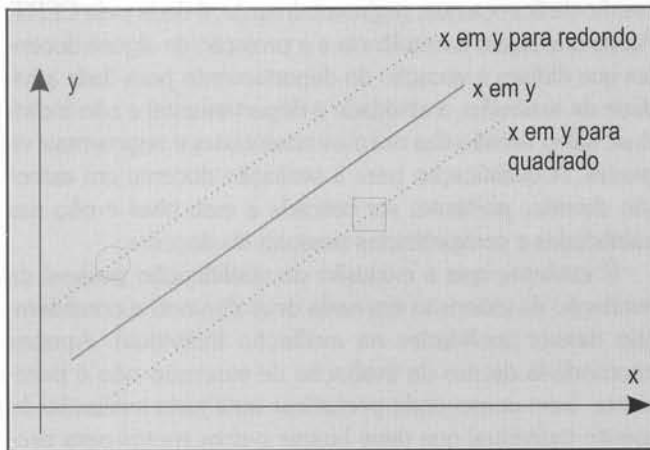


Figura 2: Sentido de Direção e Variação Qualitativa de uma Dimensão de Avaliação

Um indicador deve ter consistência interna, ou seja, deve ser uma conjugação de medidas originais convergentes cuja combinação resulte estável. Essa consistência é avaliada pela correlação entre as várias medidas entre si e o indicador criado (Nunnally, 1967). É uma verificação empírica que não contribui para a concepção do indicador, mas para o teste de seu desempenho prático.

A AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA USP

"Where shall I begin, please your Majesty?" asked the White Rabbit.

"Begin at the beginning and go on till you come to the end: then stop," said the King of Hearts.

Lewis Carol. Alice in Wonderland: Alice's evidence.

Um indicador buscado

Existe na comunidade acadêmica da USP anseio pela consideração das atividades de extensão nos processos de avaliação conduzidos pela CPA e pela CERT. No que se refere à primeira, vige já uma rotina estabelecida (Meneghini,

1996a) que combina uma auto-avaliação dos departamentos, segundo roteiro organizado pela CPA, e uma avaliação externa conduzida pelas Comissões de Avaliação Departamental (CAD) que reúnem três membros externos à USP, um dos quais de país estrangeiro. Nessa avaliação, a exemplo do ensino e da pesquisa, as atividades de extensão do departamento são analisadas e relatadas pela CAD de forma padronizada por um roteiro próprio. A CPA, de posse dessas informações, atribui conceitos de desempenho a cada departamento. Os conceitos são indicadores com escala regular de cinco pontos para as três funções universitárias, sendo que para a extensão a escala obedece à seguinte codificação:

- **I-A** — O departamento é dedicado a essa atividade e o faz com competência.
- **I-B** — O departamento é dedicado a essa atividade, mas notam-se deficiências.
- **II-A** — O departamento apenas marginalmente opera nesse setor, mas o faz com competência.
- **II-B** — O departamento apenas marginalmente opera nesse setor e notam-se deficiências.
- **II-C** — O departamento apenas marginalmente opera nesse setor e por sua natureza deveria exercer essa atividade mais intensamente.

Essa avaliação tem por finalidade o planejamento das atividades universitárias e é considerada pelo departamento na definição de um plano quinquenal de metas. Tanto o relatório da CAD quanto o plano de metas são considerados pela administração da Universidade para tomada de decisões que interessem ao departamento.

No processo de avaliação individual, o desempenho de docentes é examinado semestralmente pela CERT e suas atividades de extensão são levadas em conta nesse processo. A avaliação individual tem por finalidade instruir tomada de decisões da administração universitária no que interessa à pessoa do docente. No entanto, registra-se aqui uma insatisfação, apontando que as atividades de extensão, ao contrário das de ensino e pesquisa, carecem de critérios objetivos para dimensionamento e valoração. De fato, na **multiversidade** de uma universidade como a USP as atividades de extensão acabam por assumir diversidade tão grande que priva o avaliador de denominador comum para uma medida que hierarquize desempenhos nesse campo. A arguição corrente dessa avaliação condena-lhe um caráter quantitativo que seria apressadamente transposto das rotinas de avaliação das outras funções universitárias e apela para a definição de um indicador que leve em conta a qualificação das atividades de extensão.

A qualificação de um evento de extensão pode envolver muitos atributos que não lhe sejam imediatamente transparentes, como complexidade, *expertise*, beleza, valor social, valor cultural etc., e a valorização dessas caracteris-

ticas pode variar sobremaneira de acordo com o observador. Para uma avaliação objetiva da qualidade seria necessário nomear categorias para cada um dos inúmeros atributos da extensão, com normatização descritiva de cada categoria com vistas ao enquadramento final de um evento. Fosse fisicamente viável esse exercício formidável e ainda a avaliação estaria condenada a uma descrição exaustiva de inúmeras medidas que dificilmente instruiriam uma avaliação conclusiva. Estratégias de redução de dimensionalidades resultariam tão complexas que as dimensões derivadas, ainda que servissem para comparação de objetos em termos de proximidade, pouco provavelmente poderiam servir à hierarquização dos objetos, pois seus scores e sentido ideal de direção seriam de difícil interpretação.

Importante passo para a avaliação das atividades de extensão foi dado pela Resolução CoCEX-4204, de 18 de outubro de 1995, pois ela promove a delimitação do objeto: o que é extensão e como ela se manifesta. No entanto, como o Estatuto da USP estabelece o departamento como o espaço de materialização do evento extensão, no que interessa à avaliação individual resta uma contradição entre objeto (extensão) e unidade de observação (docente). À incongruência de espaços ajunta-se a de tempo, já que o departamento é submetido a observação a cada cinco anos e o docente a cada seis meses.

Um indicador possível para o desempenho individual em extensão deve, portanto, levar em conta essas considerações, buscando:

- uma dimensão para medida de extensão que seja comum a todas as atividades definidas pela Resolução CoCEX-4204;
- que essa dimensão seja ou inclua uma classificação categórica de qualificação da atividade de extensão;
- que dê conta da incongruência temporo-espacial entre objeto e unidade de observação.

Um indicador possível

Considerando a diversidade de atividades listadas na Resolução CoCEX-4204, pelo menos três dimensões podem ser identificadas como subjacentes a todas: trabalho, custo e tempo. Enquanto as duas primeiras são de difícil mensuração, principalmente devido ao valor agregado ao evento por fatos precedentes que representam a bagagem técnica, cultural e científica que habilita o docente ao exercício de uma atividade de extensão, a última conhece já algum grau de aplicação na vida universitária. De fato, o Regimento da CERT estabelece que o docente pode dedicar até oito horas semanais a atividades de extensão, sendo que atividades especiais como cursos de extensão e especialização podem ainda receber uma dedicação adicional de até 36 horas **semestrais**. Com isso, tem-se não apenas uma medida de atividade de extensão, mas tam-

bém uma escala de valores possíveis: a cada **semestre**, ou seja, 26 semanas, um docente pode ter em extensão entre 0 e 244 horas-atividade.

Embora as horas-atividade possam aquilatar a dedicação do docente, elas não informam sobre a qualidade da atividade por ele realizada. No entanto, se for lembrada a contradição que encerra a avaliação da extensão em nível individual entre objeto (extensão) e unidade de observação (docente), talvez a qualificação da atividade docente não seja mesmo pertinente. A extensão é uma função departamental que deve se realizar segundo seu plano quinquenal e os professores dela participam de acordo com uma concessão de licença que, regimentalmente, é dada pela CERT. Ainda que sejam a excelência e a projeção de alguns docentes que dirijam a vocação do departamento para dada atividade de extensão, a atividade é departamental e não individual, salvo revisão das normas estatutárias e regimentais vigentes. A qualificação para a avaliação docente em extensão deveria, portanto, ser buscada a esse nível e não nas habilidades e competências pessoais do docente.

É evidente que a exclusão da qualificação pessoal da avaliação da extensão em nada deve diminuir a consideração dessas qualidades na avaliação individual. Apenas acomodá-la dentro da avaliação de extensão não é pertinente, bem como pode prejudicar uma justa avaliação do mérito individual que deve buscar outros meios para processar-se. Foge ao escopo da presente reflexão cotejar propostas para tanto, mas certamente o exame de títulos, prêmios, bolsas, estágios e cursos de aperfeiçoamento etc. faria mais justiça ao professor do que a sua qualificação sob o prisma restrito das atividades de extensão de seu departamento.

Se a qualificação do indicador para a atividade de extensão deve ser buscada no departamento, parece natural que ela recorra aos conceitos estabelecidos pela CPA no processo de avaliação departamental. Esses conceitos já são estabelecidos como uma variável categórica ordinal e, se for possível admitir que seus intervalos de valor são regulares, a escala de conceitos pode ser codificada de 1 a 5 e combinada como peso para as horas-atividade, resultando em um indicador final para o qual contribuem dedicação e qualidade. Esse indicador assumiria, então, valores entre 0 e 1.220 para observações **semestrais**:

$$IndEx = n \times CPA$$

sendo que:

IndEx = indicador de desempenho em extensão [**varia de 0 a 1.220**];

n = número de horas-atividade [**varia de 0 a 244**];

CPA = qualificação da extensão no departamento segundo a CPA [**varia de 1 a 5**].

A validade de um indicador assim concebido estaria garantida pelo referencial metodológico que leva em conta definições de objeto (**Resolução CoCEX-4204**), de unidade temporal (**semestre**) e espacial (**docente**) e, ainda, de medidas que já estão estabelecidas (**horas-atividade, conceito da CPA**). Qualquer eventual argüição da proposta desafiaria não o indicador, mas as concepções de um processo mais largo e já em curso, reconhecido e aprovado. A expectativa de precisão seria elevada, já que resultaria numa medida fina com intervalo de 1.221 valores possíveis. A confiabilidade deveria ser testada empiricamente e, caso o indicador não viesse a representar adequadamente a realidade, ter-se-ia gerado elementos concretos para uma eventual revisão das premissas em que se baseia o indicador, particularmente no que respeita as normas que limitam a dedicação docente. Poderia, ainda, estimular maior engajamento do docente no esforço coletivo de qualificação do departamento, levando uma retroalimentação positiva ao processo de avaliação institucional.

Finalmente, esse indicador possível poderia ser usado na avaliação individual, tanto por meio de suas medidas originais quanto por meio de uma categorização de intervalos na sua escala para atribuição de conceitos de desempenho como pobre, regular, bom e ótimo. Mais ainda, a partir de uma primeira aplicação poderiam ser conhecidos uma curva de distribuição de freqüências, uma média e um desvio padrão para a universidade como um todo e para cada departamento em particular, o que instrumentalizaria a transformação das medidas originais de cada docente em percentis e distâncias padronizadas da média, certamente enriquecendo as informações consideradas para a avaliação. O gráfico 2 dá representação gráfica à

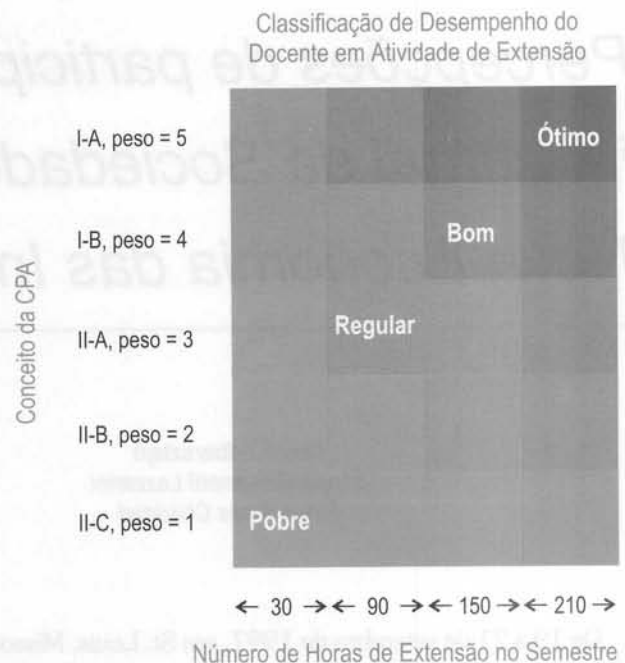


Gráfico 2: Exemplo de Indicador para Avaliação de Desempenho em Atividades de Extensão

categorização possível para o indicador, segundo a variação das medidas que o integram.

Esse indicador possível, se adotado, não encerraria a discussão sobre a avaliação da função extensão. Pelo contrário, a iniciativa poderia ser o início de um processo de progressiva sofisticação da avaliação dessa função e, conseqüentemente, de seu planejamento, o que poderia contribuir para seu melhor reconhecimento na identidade da universidade. ♦

REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS

- BUNGE, M. *Tratado de filosofia básica*. V.2, Semântica II: Interpretação e Verdade. São Paulo, EDUSP, 1976. p.93-141 e p.33-36
- ESCUDE, M.M.L. & NUNES, N. *Avaliação de técnicas alternativas para codificação de doenças*. São Paulo, Faculdade de Saúde Pública da USP, 1992. [Mimeo.]
- FORATTINI, O.P. A tríade da publicação científica. *Revista de Saúde Pública*, v.30, n.1, p.3-12, 1996.
- FROMER, A. Pesquisa da USP mostra que 1/4 dos docentes nada produz. *Folha de S. Paulo*, p.A28-A32, 21 fev. 1988.
- KAPLAN, A. *A conduta na pesquisa*. São Paulo, EDUSP, 1969. p.81-82
- KERR, C. *The uses of the university*. Cambridge, Harvard University Press, 1964. p.1-45.
- MARCONDES, E.; FUJIMURA, I.; MASCARETTI, L.A.; VANZOLINI, M.E. Programa de avaliação curricular da FMUSP — o ano de 1994 e o período de 1989-1994. *Revista do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo*, v.51, n.2, p.78-80, 1996.
- MENEZHINI, R. Avaliação departamental na USP. Uma análise crítica da primeira fase, de 1992 a 1995. SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO EM CIÊNCIA & TECNOLOGIA, 8. FEA/USP, 22 a 26 abr. 1996a.
- _____. The key role of collaborative work in the growth of Brazilian science in the last ten years. *Scientometrics*, v.35, n.3, p.367-373, 1996b.
- MONTES, G.S. Experiência com a distribuição de recursos de acordo com a produtividade nos LIM do HC/FMUSP. SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 8. FEA/USP, 22 a 26 abr. 1996.
- NUNNALLY, J.C. *Psychometric theory*. New York, McGraw-Hill, 1967. p.210-211
- PEREIRA, J.C.R.; PIRES, M.L.; DUARTE, P.S.; PAES, A.T.; OKANO, V. Introducing a method of research evaluation into a university: medical research at the University of São Paulo, Brazil. *Research Evaluation*, v.6, n.1, p.37-42, 1996.